

DIVERSIDADE EM FOCO NA UFFS, IDENTIDADES EM FOCO: IGUALDADE, ALTERIDADE E INCLUSÃO

Rafael dos Santos Carneiro¹

Cristiane de Quadros²

Antônio Marcos Myskiw³

Izabel Aparecida Soares⁴

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia⁵

RESUMO

É imprescindível que a Universidade assuma seu papel social de propulsora de debates que contribuam na formação integral dos discentes. Debates estes, que tratem dos temas relativos as “diferenças” étnico-raciais e indígenas, de gênero, religiosa e pessoas com deficiências. Esse relato de experiência diz respeito à um projeto voltado para realização de debates com a comunidade acadêmica. O projeto surgiu da necessidade de potencializar ações de diálogo e reflexões sobre as questões apontadas. As atividades propostas reuniram estudantes universitários, técnicos e docentes da universidade, alunos e professores de ensino básico da região, bem como profissionais da saúde e da assistência social do município. O projeto sinalizou a fragilidade de nossa formação e a necessidade de potencialização de ações voltadas a essas temáticas.

Palavras - chave: Diversidade; Gênero; Preconceito; Responsabilidade; Dignidade;

¹ Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Realeza*. rafaeluffs@hotmail.com

² Pedagoga pela Universidade Estadual de Maringá (1997). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2002), área de concentração: Aprendizagem e Ação Docente; Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (2011). Pós-doutora em Educação: Práticas Educativas, Políticas Educacionais e Inclusão. Atualmente professora na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Realeza*. cristiane.quadros@hotmail.com

³ Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2000), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2002) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009). Atualmente é docente (Associado D, nível 1) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Realeza*. amyskiw@uffs.edu.br

⁴ Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Maringá (1998), mestrado em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (2001) e doutorado em Agronomia, área de concentração: Melhoramento Genético, pela Universidade Estadual de Maringá (2005). Atualmente é professor Associado D (Nível I) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Realeza*. izabel.soares@uffs.edu.br

⁵ Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (1990), graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano (2004) e mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista (1996). Em 2010 concluiu o doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com um estudo sobre a trajetória intelectual de Arthur Ramos e a educação. Atualmente é professor do Magistério Superior junto a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Campus de Realeza PR. Ronaldo.garcia@hotmail.com

DIVERSITY IN FOCUS ON UFFS, IDENTITIES IN FOCUS: EQUALITY, ALTERITY AND INCLUSION

ABSTRACT

It is indispensable that the University take their social role of driving debates that contribute to the integral formation of students. Debates, these that address issues concerning the "differences" ethnic-racial and indigenous, gender, religious and people with disabilities. This experience report relates to a project aimed at conducting discussions with the academic community. The project It arose from the need to leverage actions dialogue and reflection on the issues raised. The proposed activities together university students, technicians and teachers of the university, students and primary school teachers in the region, as well as health professionals and social welfare of the municipality. The project signaled the fragility of our training and the need potentiation of stock focused on these issues.

Keywords: Diversity; Genre; Preconception; Responsibility; Dignity;

INTRODUÇÃO

O respeito pela diversidade racial, cultural, social, sexual, afetiva, religiosa, assim como para com as pessoas com deficiência deve ser o primeiro passo para uma política inclusiva e de defesa dos direitos de indivíduos considerados a margem das garantias sociais vigentes em uma sociedade democrática, tais como: classe social, raça/etnia, capacidade física, religião, gênero, dentre outros.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a importância da diversidade como condição para o alcance da universalidade e a indivisibilidade. Além do direito pessoal de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, usufruir das artes e participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam. É proclamado ainda, que a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos (BRASIL, 2004).

No livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire propõe que os educadores sejam agentes na caminhada da heteronomia para a autonomia, como condição sócio-histórica de um povo ou pessoa na conquista pela liberdade e emancipação das opressões que restringem ou anulam a liberdade de determinação (FREIRE,

Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
1996).

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão.[...] Ao fazer-se opressora, a realidade implica na existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar pela sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar consciência crítica da opressão, na práxis desta busca (FREIRE, 1996, p. 16 - 21).

É necessário que a *práxis* educacional seja libertadora, atuando na transformação dos explorados em sujeitos históricos conscientes, tendo em vista a humanização do homem, não apenas como ser singular, individual, mas como ser de consciência humano-genérica, capaz de criticar e transcender os próprios condicionamentos (MARAFON, 2001)

Percebe-se que nas últimas décadas, no cenário educacional, realizaram-se inúmeros estudos ligados as questões relacionadas a diversidade cultural. Dessa forma conceitos como diversidade, diferença, igualdade e justiça social preocupam cada vez mais aqueles que lutam por uma educação realmente cidadã (CANEN e XAVIER, 2011).

Conceber o outro como um dos nossos semelhantes parece cada vez mais difícil em nossa cultura. Na contemporaneidade, nossos traços físicos e nossa sexualidade ainda são alvos de discriminação e preconceito, principalmente quando entendemos esses traços desqualificadores como pertencentes a minorias (SILVA, 2003, p. 2).

O termo minoria comumente utilizado pela sociedade brasileira e também pelo meio jurídico, traz a indicação de minoria como inferioridade numérica. Já em um contexto antropológico, minorias sociais, são caracterizadas por um aspecto qualitativo, onde para sua identificação, deve se considerar o tratamento dado a certos grupos sociais nas relações de subordinação e desqualificação em relação a uma classe dominante (maiorias) (ALMEIDA; TEIXEIRA, 2011).

Essa situação de desqualificação pessoal e/ou do grupo é que Goffman (1988) chama de estigma. A sociedade institui (ou tenta instituir) como as pessoas devem ser e agir para que sejam aceitas como normais, ao passo em que há uma transgressão dessa normalidade ou há depreciação de um atributo, o indivíduo

Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
“transgressor” passa a ser rotulado e não mais aceito socialmente devido sua “não normalidade”. Essas normas têm relações diretas com as afirmações de identidades, sejam elas individuais ou sociais. O autor, ainda conceitua e estabelece dois tipos de identidade: identidade social virtual, o que esperamos que uma pessoa deva ser, e a identidade real social, aquela baseada nos atributos que a pessoa realmente possui (GOFFMAN, 1988).

A maneira como o outro é percebido é o delineador das relações interpessoais. A sociedade muitas vezes estigmatiza determinados grupos ou pessoas, em função do que considera comum e natural para um grupo social, uma faixa etária, um status social. As pré-concepções que são levantadas em relação a tais grupos são transformadas em expectativas e normas as quais esperamos que as pessoas sigam e respeitem (SALLES; PAULA E SILVA, 2008 e FOUCAULT, 1988).

O estigma acarreta uma exclusão social e por consequência a invisibilidade das qualidades individuais, produzindo um descrédito em relação a pessoa ou grupo estigmatizado, o que por consequência reduz suas possibilidades de vida. O estigma é decorrente de preconceitos que, ao mesmo tempo o retroalimentam, fixando pensamentos e expectativas em relação aos indivíduos ou grupos, que geram a discriminação. Um determinante muito forte para o preconceito são as normas sociais, que estão atreladas a cultura da época e as normas pregadas como corretas aos grupos sociais (MARIUZZO, 2009; GUNTHER, 2013; GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

Principalmente no ocidente, desenvolveu-se nas últimas décadas normas que coíbem e desencorajam a discriminação explícita contra grupos minoritários, de maneira clássica, encara-se o preconceito como uma característica psicológica do indivíduo: uma frustração reprimida e deslocada para grupos mais fracos (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002).

O Brasil possui inúmeras barreiras a serem superadas no que diz respeito a supressão das desigualdades étnico-culturais, sociais, econômicas e regionais. A mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, território onde a UFFS está instalada, possui identidade histórica própria, forjada com inúmeros entraves para o



Unaipe
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
crescimento, dentre os quais se destacam: a dificuldade de acesso a recursos financeiros e humanos qualificados pelos municípios de pequeno porte; a carência de recursos destinados ao desenvolvimento regional; o empobrecimento da economia regional no que tange globalização e competitividade; a carência de condições adequadas de moradia de grande parte da população, com déficits de saneamento básico, saúde e educação. Nesse contexto a inserção de uma instituição de ensino superior federal configura-se como um fator regional de extrema importância no que diz respeito à formação de capital social e geração de ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento mesorregional (DEMARCO e MAIA, 2013).

Acrescente-se que, pelas peculiaridades da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, preponderantemente habitada e concentrada economicamente na agricultura familiar, desenvolvida no modelo minifundiário, a saída dos jovens para avançar nos estudos em instituições de ensino superior federal e busca de qualificação, auferindo novos conhecimentos e tecnologias, sempre envolviam custos de manutenção insuportáveis para esse modelo de economia. Justamente esses que poderiam dar continuidade, com ganhos significativos, mantendo os valores e todo o arcabouço sociocultural de uma base territorial ávida para mostrar sua capacidade de desenvolvimento, sempre com vontade de mostrar afastamento da acomodação e avessa a ver seus valores debandados por falta de oportunidade de exercê-los no próprio meio. Pelo fato de, historicamente, as universidades federais se concentrarem nos grandes polos urbanos e nas regiões litorâneas do território nacional, em determinadas áreas havia falta de profissionais qualificados para exercerem relevantes funções sociais. Portanto, há noção da importância, da orientação e da finalidade do conhecimento, pela sociedade, como agente transformador, que proporciona empoderamento e se traduz em uma porta de entrada para o mercado de trabalho (DEMARCO e MAIA, 2013, p.86).

Enquanto instituição multicampi, a UFFS tem a missão de garantir o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social, atuando como instituição pública, popular e de qualidade, com ações comprometidas na formação de cidadãos críticos e conscientes, atuando no desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do país. A instituição ainda atua de forma democrática, autônoma e respeitando a pluralidade de pensamento e a diversidade

Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 cultural, garantindo a participação dos diferentes atores sociais nos mais variados espaços, visando o combate às desigualdades sociais e regionais (UFFS, 2012).

Com base nisso, o objetivo desse trabalho é relatar as atividades desenvolvidas no Projeto Diversidade em Foco na UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza. O projeto teve como principal objetivo a realização de uma ampla discussão acadêmica, acerca da diversidade cultural, étnico-raciais, de gênero e sobre pessoas com deficiências. Nossa intenção foi potencializar a formação acadêmica para além da sala de aula, a partir de mesas temáticas e ações culturais que oportunizasse a comunidade acadêmica interna e externa a aproximar-se de debates necessários a sua formação acadêmica, cultural, social, política e pessoal.

METODOLOGIA

O relato de experiência que o presente trabalho aborda, ocorreu na Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza, situado na região Sudoeste do Paraná, que juntamente com o Norte do Rio Grande do Sul e o Oeste de Santa Catarina, compreendem a chamada Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

A UFFS enquanto instituição multicampi, abrange essa Mesorregião e entorno, com suas unidades situadas nos três Estados da federação. “Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 396 municípios, com área total de 120,8 mil quilômetros quadrados e população de 3,8 milhões de habitantes” (UFFS, 2012). A maior parte das Microrregiões que compreendem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul são classificadas como estagnadas socioculturalmente, com indicadores que demonstram um empobrecimento econômico em relação à Região Sul e ao Brasil (UFFS, 2012).

A Região Sudoeste do Paraná possui uma identidade histórica forjada, com sua formação territorial ligada aos movimentos de desterritorialização e reterritorialização dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A ocupação efetiva foi estimulada pelo governo Getúlio Vargas, por meio da criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e por meio da facilitação de investimentos privados sob a forma de doações de terras desocupadas, mediante

Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452 vendas simbólicas (EDUARDO; SAQUET, 2009). O processo de colonização trouxe consigo novos valores, formas de organização da produção e da vida comunitária, que implicaram na quase exclusão das populações nativas e negras. Ainda hoje, um dos grandes redutos de caracterização da mesorregião é a forte presença de imigrantes europeus, acompanhada de remanescentes de indígenas e mestiços. A religiosidade e o importante papel da igreja na organização do povo é também outro elemento característico da região.

Neste contexto verifica-se que a história do Sudoeste do Paraná ainda apresenta capítulos a serem construídos e, as memórias passadas e as futuras precisam ser preservadas como elemento fundante para pensar estratégias teórico-prática e ações frente ao processo de formação humana, qualificação profissional, em especial, no que diz respeito à formação de professores.

Ao assumir o compromisso com a formação acadêmica, focando suas atividades no público trabalhador e ao dialogar com a realidade regional, os cursos da UFFS, *campus* Realeza, buscam dar materialidade às metas institucionais:

Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região; Assegurar o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social; Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno (UFFS, 2012).

O Projeto Diversidade em Foco na UFFS surgiu do vislumbre de docentes e acadêmicos, engajados na luta pela igualdade, em realizar ações didático/pedagógicas de forma interdisciplinar, com discussões voltadas a diversidade, igualdade e erradicação de preconceitos e práticas discriminatórias, alicerçada na possibilidade concreta de mudança individual na forma de pensar e agir. O principal objetivo do projeto foi a realização de uma ampla discussão acadêmica, acerca das diversidades: cultural; de gênero; étnico-racial; sexual; religiosa e de pessoas com deficiências, colaborando na formação plena dos licenciandos, futuros profissionais docentes com atuação no âmbito intercultural,

Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
bem como contribuindo para a formação continuada de professores e potencializando o diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa.

As ações, aqui relatadas, aconteceram em diversos tempos e espaços, com início no segundo semestre de 2014 e findados no primeiro de 2015. Organizadas por docentes e estudantes em parceria com diversas entidades, tais quais: Coordenação Acadêmica, Direção de *campus*, Fórum dos Domínios Comum e Conexo⁶, colegiados de cursos, Setor de Acessibilidade, NAP⁷ e Centros Acadêmicos. A parceria com os colegiados e Centros Acadêmicos proporcionou a realização de atividades durante as semanas acadêmicas.

Buscou-se realizar atividades com diferentes abordagens didático/metodológicas, contemplando assim o que propõe Candau (2011), à superação das diferenças e a garantia do padrão comum de aquisição de conhecimentos por todos e todas, além de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados.

É necessário mobilizar o sujeito para a constante modificação de si próprio, para que este passe a dominar os próprios mecanismos de aprendizagem, o que facilitará o seu desenvolvimento intelectual, cognitivo e relacional, e dessa forma o guiará a autonomia. Todavia, caso o sujeito receba ensinamentos que o encaminhem a ser um mero repetidor de conhecimentos instituídos e inquestionáveis, o mesmo caminhará para a heteronomia, na condição de submissão à aceitação de ordens (SCUCATO, 2004).

Ao todo foram 10 atividades, com diferentes abordagens metodológicas (mesas redondas, debates, palestras e atividades culturais), com estimativa de público de 500 pessoas, entre comunidade acadêmica e comunidade externa. Nossa intenção é reeditar o projeto, envolvendo todos os cursos do campus e aumentando quantitativa e qualitativamente a participação da comunidade acadêmica e comunidade externa.

⁶ Os Fóruns do Domínio Comum e Domínio Conexo são espaços de discussões e proposições, compostos pelos docentes, servidores técnico-administrativos pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e discentes. O Domínio Comum é constituído por um grupo de CCR's comum a todos os cursos de graduação da UFFS. O Domínio Conexo é um grupo de CCR's comum a somente alguns cursos de graduação.

⁷ Núcleo Apoio Pedagógico

RESULTADOS

Foi possível a partir do projeto Diversidade em foco estabelecer parcerias diversas com cursos e setores do campus UFFS/Realeza. Essa parceria possibilitou a realização de atividades em diferentes momentos e espaços garantindo o caráter interdisciplinar conferido à iniciativa. Nossa intenção era ter a maioria dos cursos de graduação envolvida nos debates e reflexões promovendo a formação necessária.

Deve-se levar em consideração que o ser humano é ao mesmo tempo singular e múltiplo, o que torna apropriado favorecer a diversidade. Nesta busca, a interdisciplinaridade é imprescindível, pois o conhecimento interdisciplinar não se restringe aos espaços acadêmicos ou escolares, mas ultrapassa seus limites e se fortalecem na amplitude da vida social, sendo uma potencial ferramenta de reorganização do saber para a produção de um novo conhecimento (PAIM; FRIGÉRIO, s/d).

Dentre as atividades realizadas podemos destacar: 1) mesa redonda sobre a temática etnico-racial na Semana Acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; 2) palestra sobre Gênero e sexualidade, também na Semana Acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; 3) Mesa Redonda sobre as contribuições da psicologia histórico cultural para a educação da pessoa com deficiência e a Política Educacional e inclusiva; 4) Oficina de língua Guarani na Semana Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras; 5) Palestra sobre Interculturalidade e educação indígena também na Semana Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras; 6) Apresentação cultural e oficina de Capoeira, atividade alusiva ao dia da Consciência negra; 7) palestra sobre “O lado positivo do Fabrício” de Fabricio Stocker, atividade alusiva ao dia mundial de luta contra a AIDS, dentre outras atividades.

A realização dessas atividades em parceria com cursos e outros setores da instituição revela a possibilidade de articulação de temáticas fundamentais a todas as pessoas, independente da formação pela qual tenha optado, sugere também, a necessidade de investir nesse debate que permanece frágil dentro de nossos espaços acadêmicos.

Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
É imprescindível que a universidade, assuma seu papel social de propulsora de debates que contribuam na superação de preconceitos e práticas discriminatórias, contemplando assim a formação integral do acadêmico, tendo em vista que, na maioria dos casos acredita-se que é no espaço da academia o lugar onde se encontram os responsáveis pela construção de uma nova sociedade, sem as atuais contradições sociais. No entanto, a Universidade não está isolada do restante da sociedade e, por esse motivo, também está sujeita aos seus problemas (USP, 2014). E como bem dizia Walter Benjamin, em seus escritos sobre cultura e barbárie, a universidade de ontem e de hoje acaba por reproduzir boa parte das tensões e questões sociais, políticas, culturais e econômicas vividas, observadas, ponderadas e criticadas nas mídias sociais.

Um ponto que merece destaque foi à participação de um número expressivo de acadêmicos e acadêmicas de cursos de licenciatura. Deve-se levar em consideração que a cada dia se vê surgir na sociedade uma nova escola, mais dinâmica, aberta, diversa e integral, fazendo com que a mesma se configure em um rico espaço de aprendizagem, dessa forma, faz-se inevitável debater e refletir temáticas voltadas a inclusão e a diversidade, bem como problematizar a adoção de práticas não segregacionistas e preconceituosas com os profissionais ligados ao setor da educação, e dessa forma construir uma escola efetivamente inclusiva e comprometida com a diversidade (BORGES; OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013).

Debates relacionados à diversidade, diferença, igualdade e justiça social preocupam cada vez mais aqueles que lutam por uma educação verdadeiramente cidadã, articular tais pressupostos à formação docente coloca-se como um proveitoso caminho a ser seguido, tendo em vista que é na formação de professores que se encontra um lócus privilegiado de reflexão e discussão sobre tais questões, além de ser um potencial espaço de criação e implementação de proposições na busca de avanços no âmbito da diversidade no contexto escolar (CARNEN e XAVIER, 2011).

Outro ponto que merece destaque foi à participação significativa da comunidade interna e externa nas atividades ofertadas, o que indica o desejo desse

Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
grupo de pessoas em aprofundar tais discussões, por isso, julgamos o projeto fundamental para a formação pessoal de todos e de cada um, sendo necessária sua reedição.

Transpor os preceitos da tolerância e da alteridade são mediações necessárias na busca pela valorização da diferença e da identidade do outro. A sociedade demarca diariamente grupos sociais distintos e se pauta em uma lógica de valorização do individualismo. Transpor esse desafio e reconhecer as diversidades em suas mais variadas formas é o compromisso de todo profissional, engajado na construção de uma nova sociedade. Superar as práticas excludentes é reafirmar a legitimidade do debate sobre cidadania, delimitando suas características e entendimento de suas finalidades e potencialidades (BROTTO, s.d.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Diversidade em Foco na UFFS foi um importante espaço de debate sobre questões ligadas a diversidade sexual, étnico-racial, de gênero e religiosa. Acredita-se que a participação da comunidade acadêmica e regional em debates acerca desses temas sociais, contribuem diretamente na formação não apenas profissional mas cidadã e crítica.

O projeto ainda configurou-se como um importante espaço na caminhada da heteronomia para a autonomia, como condição sócio-histórica de um povo ou pessoa na conquista pela liberdade e emancipação, das opressões que restringem ou anulam a liberdade de determinação.

A realização das atividades ainda abordaram questões ligadas às pessoas com deficiências, levando em conta a acessibilidade entendida em seu amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, etc), com discussões sobre o campo legal, curricular, das práticas avaliativas e metodológicas na educação inclusiva.

Ademais, eventos desta natureza e dimensão são espaços importantes para a promoção da educação voltada para a formação social, cidadã e crítica, mobilizando todos na busca pela promoção da justiça social e na construção de uma cultura de igualdade, alteridade e respeito mútuo.



CRIAR EDUCAÇÃO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNESC



Unaipe
Unidade Acadêmica
de Humanidades,
Ciências e Educação



Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H.S. de; TEIXEIRA, M. C. 2011. Ações afirmativas como medida de proteção das minorias. *Revista do Curso de Direito*, **8** (8);103-136.
- BORGES, A.C.; OLIVEIRA, E. C. B. B. de; PEREIRA, E. F. B. B.; OLIVEIRA, M. D. de. 2013. Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores. In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7, Londrina, 2013,. *Anais...* . Londrina, UEL: 418 - 429.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. 2004. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília.
- BROTTO, M. E. Diversidade: Na busca pela garantia da Cidadania e de Direitos Humanos. Revista Maxwell PUC, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13782/13782.PDFXXvmi=J64lvLJM0buTqgoUaMtDRVA3J3gQRV2B27kzS4mSgRNliDdt087R4HVNLCFE8HgbOBLIG8Cx0qGjEkNFsVwwEtlpG15PII2xxNhEWTDWljh0F6G82eGGI27p3cfMzilw7Dc4wP2SakTQqAZsOFawlhWLudz4wUCExOJ6FL0Q6THxuG1kmcR6uPS04r5BnHgVw03cM33TxKrsrtNPGGVbwPcBhhdF0tCwuGJiJNcHzEb29ZRPGO2dEfPWw3Dwxg44>. Acesso em 21: de Jan. de 2016.
- CANDAU, V. M. F. 2011. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Revista Currículo Sem Fronteiras*, **11** (2); 240-255.
- CANEN, A.; XAVIER, G. P. de M . 2011. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, **16** (48); 641-661.
- DEMARCO, S. M.; MAIA, C. M. 2013. A Universidade Federal da Fronteira Sul: Uma política pública em processo de implementação na perspectiva de uma construção social e de interesses regionais. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*. **2** (2); 80-93.
- EDUARDO, M. F.; SAQUET, M. A. 2009. O agroartesanato no sudoeste paranaense: a marca histórica de uma formação territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, São Paulo, 2009, *Anais...* São Paulo: USP: 1 - 25.
- FOUCAULT, M. 1988. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FREIRE, P. 1996. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz na Terra, 165p.
- GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA. 2009. *Formação de Professoras/es em*

Criar Educação, Criciúma, v. 10, nº1, jan/jul 2021.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro.

GOFFMAN, E. 1988. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª. ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 158p.

GUNTHER, L E. 2013. O HIV e a AIDS: Preconceito, Discriminação e Estigma no trabalho. *Revista Jurídica*. **1** (30);398-428.

LACERDA, M.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. 2002. Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*. **15** (1);165-178.

MARIUZZO, P. 2009. Norma social torna a discriminação mais velada à medida que as crianças crescem. *Revista Ciência e Cultura*, **2** (61); 8-11.

PAIM, E. R.; FRIGÉRIO, N. A. O desafio de trabalhar a diversidade cultural na escola. *Artigo da Faculdade Nova Venécia – UNIVEN*. S/D. Disponível em: <<http://www.univen.edu.br/revista/n005/O%20DESAFIO%20DE%20TRABALHAR%20A%20DIVERSIDADE%20CULTURAL%20NA%20ESCOLA.pdf>>. Acesso: 21 de Jan. 2016.

SALLES, L. M. F.; PAULA E SILVA, J. M. A. de. 2008. Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões. *Cadernos de Educação*. **30**;149-166.

SCUCATO, R. 2004. *As significações sobre autonomia e cuidado de si vivenciadas pelo enfermeiro no cotidiano de ações e interações*. Curitiba, PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 100 p.

SILVA, S. G. da. 2003. Preconceito no Brasil Contemporâneo: as Pequenas Diferenças na Constituição das Subjetividades. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*.**23**.(2);.2-5.

UFFS, UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. 2012. **Plano de desenvolvimento institucional PDI 2012-2016**. Chapecó. 120p.

USP, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2014. Manual da Caloura | USP 2014. Disponível em: <<http://frentefeministausp.files.wordpress.com/2014/02/manual-2014-versc3a3o-online.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. 2014.

Recebido outubro de 2020

Aprovado fevereiro de 2021